

PExt no HABEAS CORPUS Nº 526.835 - SP (2019/0238823-9)

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
REQUERENTE : CHRISTIAN AZEVEDO DA SILVA
ADVOGADO : MAYRA VIEIRA DIAS - SP163462
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : BRUNO MACIEL FERREIRA (PRESO)
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JOAO PAULO BONATELLI - SP316788

DECISÃO

Trata-se de petição apresentada pela defesa de CHRISTIAN AZEVEDO DA SILVA, em que formula pedido de extensão dos efeitos da decisão monocrática em favor do paciente BRUNO MACIEL FERREIRA, onde concedi a ordem, de ofício, para fixar o **regime aberto** para o início de cumprimento da pena e determinar a sua **substituição por restritiva de direitos**, nos moldes a serem definidos pelo MM. Juízo da Execução Penal, mantidos os demais termos da condenação (fls. 220-227).

No caso, BRUNO MACIEL FERREIRA e CHRISTIAN AZEVEDO DA SILVA foram condenados em razão da prática do crime previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, às penas de 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão em regime inicial fechado e de 166 dias-multa (fls. 103-113).

O TJSP, por maioria de votos, negou provimento ao recurso da defesa.

No presente pedido de extensão, sustenta o requerente que se encontra na mesma situação jurídica de BRUNO MACIEL FERREIRA, razão pela qual requer seja concedido o presente requerimento, aplicando-se o art. 580 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

O art. 580 do Código de Processo Penal estabelece, **in verbis**: "*no caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.*"

Com efeito, vislumbra-se similaridade nas condições do paciente e do peticionário, que busca a extensão dos efeitos da decisão que concedeu a ordem, de ofício, aquele, para fixar o regime **aberto e substituir a pena corporal por restritiva de direitos, nos moldes a serem definidos pelo MM. Juízo da Execução Penal**, mantidos os demais termos da condenação.

Nesse compasso, havendo identidade na situação fático-processual, cabe, a teor do art. 580 do Código de Processo Penal, deferir o pedido de extensão de benefício obtido por um dos corréus.

Nesse sentido, colaciono os seguintes arestos desta Corte:

"PEDIDO DE EXTENSÃO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E ESTELIONATOS TENTADOS E CONSUMADOS. SIMILITUDE DA SITUAÇÃO FÁTICO-PROCESSUAL A JUSTIFICAR A EXTENSÃO DA ORDEM. DENÚNCIA QUE NÃO APONTA ATIVIDADES REITERADAS OU DE PROEMINÊNCIA NA QUADRILHA. PARECER MINISTERIAL FAVORÁVEL. PEDIDO DEFERIDO.

1. A teor do art. 580 do Código de Processo Penal, o deferimento do pedido de extensão exige que o corréu esteja na mesma condição fático-processual daquele já beneficiado.

2. Quanto ao ora peticionário, são semelhantes as circunstâncias, o que impõe a aplicação do art. 580 do CPP. Não obstante a existência de indícios de que o requerente, assim como o paciente, participava dos crimes de estelionato, não ressaí dos autos situação que demonstre a imprescindibilidade da medida extrema, uma vez não caracterizada proeminência ou posição de liderança na quadrilha, maus antecedentes ou reincidência, sendo possível, portanto, a aplicação de medidas cautelares alternativas.

3. Pedido de extensão deferido, na esteira do parecer ministerial" (HC 382.796/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min.

Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 01/08/2017).

"HABEAS CORPUS. PEDIDO DE EXTENSÃO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. REDUZIDA QUANTIDADE DE MATERIAL TÓXICO APREENDIDO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. ART. 319 DO CPP. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM PARTE EVIDENCIADO. RECONHECIMENTO AO CORRÉU. SIMILITUDE FÁTICO-PROCESSUAL. EXEGESE DO ART. 580 DO CPP. PLEITO DE EXTENSÃO DEFERIDO.

1. A aplicação de medidas cautelares, aqui incluída a prisão preventiva, requer análise, pelo julgador, de sua necessidade e adequação, a teor do art. 282 do CPP, observando-se, ainda, se a constrição é proporcional ao gravame resultante de eventual condenação.

2. A prisão preventiva somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar e quando realmente se mostre necessária e adequada às circunstâncias em que cometido o delito e às condições pessoais do agente. Exegese do art. 282, § 6º, do CPP.

3. No caso, mostra-se devida e suficiente a imposição de medidas cautelares alternativas, dada a apreensão de reduzida quantidade de estupefacientes e as condições favoráveis pessoais dos agentes.

4. Verificada a identidade fático-processual entre a situação dos pacientes beneficiados com a concessão da ordem de habeas corpus e o corréu requerente - já que continuaram segregados em decorrência dos mesmos inidôneos fundamentos, mencionados por ocasião da conversão da prisão em flagrante em preventiva - e que o pleito não se encontra fundado em motivos de caráter pessoal, devida a aplicação do disposto no art. 580 do CPP.

5. Pedido de extensão deferido, concedendo-se a ordem de ofício, nos termos do art. 654, § 2º, do CPP, também ao ora peticionário, para revogar a sua custódia preventiva, mediante a imposição das medidas alternativas à prisão previstas no art. 319, I, IV e V, do Código de Processo Penal." (HC 390.292/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 14/06/2017).

Ante o exposto, **defiro o pedido de extensão** para, nos termos do

Superior Tribunal de Justiça

art. 580 do CPP, estender ao ora requerente CHRISTIAN AZEVEDO DA SILVA os efeitos do julgamento proferido nos autos do presente **habeas corpus**, para fixar o **regime aberto** para o início de cumprimento da pena e determinar a sua **substituição por restritiva de direitos**, nos moldes a serem definidos pelo MM. Juízo da Execução Penal, mantidos os demais termos da condenação.

P. e I.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator